



CONTABILIDADE AMBIENTAL: ANÁLISE DA CONTABILIDADE PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Pablo Luiz Martins (UFSJ) – pablo@ufsj.edu.br

Victória Rodrigues Silva (UFSJ) - vrsvictoriasilva@gmail.com

Franciane de Oliveira Alvarenga (UFSJ) - francianealvarenga@ufsj.edu.br

Denise Carneiro dos Reis Bernado (UFSJ) - denise@ufsj.edu.br

Resumo

O presente estudo investiga a aplicabilidade da contabilidade na promoção da sustentabilidade ambiental. Analisa-se o conceito de contabilidade ambiental e sua distinção em relação à contabilidade tradicional, evidenciando seu papel estratégico na gestão corporativa. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamentou-se em revisão bibliográfica de artigos e relatórios acadêmicos recentes. Os resultados indicam que a contabilidade ambiental fornece informações essenciais para decisões empresariais responsáveis, transparência corporativa e criação de valor econômico aliado à preservação ambiental. Conclui-se que a adoção de práticas contábeis ambientais fortalece a reputação institucional, promove eficiência operacional e contribui para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Sustentabilidade organizacional. Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável.

Abstract

This study examines the applicability of accounting in promoting environmental sustainability. The concept of environmental accounting and its distinction from traditional accounting are analyzed, highlighting its strategic role in corporate management. The research, of qualitative nature, is based on a bibliographic review of recent academic articles and reports. Results indicate that environmental accounting provides essential information for responsible business decisions, corporate transparency, and economic value creation aligned with environmental preservation. It is concluded that adopting environmental accounting practices strengthens institutional reputation, enhances operational efficiency, and fosters sustainable development.

Keywords: Environmental accounting. Organizational sustainability. Environment. Sustainable development.



1. INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo da globalização, cresce a demanda por cadeias de suprimentos ambientalmente responsáveis, livres de desmatamento e impactos negativos ao meio ambiente, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Além dos desafios de gestão empresarial, competitividade e adoção de tecnologias inovadoras, a intensificação das crises climáticas e a escassez de recursos naturais tornam a sustentabilidade um imperativo estratégico.

A contabilidade ambiental emerge como ferramenta essencial para a gestão sustentável, fornecendo dados que orientam decisões corporativas, avaliação de investimentos em tecnologias limpas e mitigação de impactos ambientais (Santos; Machado, 2019 apud Martins, 2025, p.3). Essa abordagem não apenas potencializa a eficácia gerencial, mas também contribui para a obtenção de vantagem competitiva e credibilidade de mercado.

Este estudo visa analisar a contabilidade ambiental como instrumento de promoção da sustentabilidade organizacional, abordando sua aplicação, importância métrica e perspectivas futuras, com base em publicações científicas recentes. Busca-se demonstrar que a incorporação de variáveis ambientais à gestão empresarial fortalece a reputação institucional e cria valor econômico alinhado à responsabilidade socioambiental (Gray, Owen & Adams, 2014; Bebbington, 2001).

2. METODOLOGIA

O objetivo desta sessão é de compreender o papel, conceitos e contribuições dessa área da contabilidade para as empresas. A pesquisa segue abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental de publicações científicas, reportagens e relatórios corporativos, abrangendo o período de 2001 a 2025, disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico.

Foram selecionados artigos que tratam do papel da contabilidade ambiental como estratégia corporativa, da contribuição das ciências contábeis ao desenvolvimento sustentável, da importância de métricas e indicadores de sustentabilidade e dos desafios de implementação dessas práticas no Brasil.

O levantamento sistemático permitiu identificar contribuições teóricas e práticas da contabilidade ambiental para a gestão sustentável e os desafios de sua adoção no contexto brasileiro e internacional (Ferreira et al., 2009; Lopes et al., 2025).

3. CONCEITO E EVOLUÇÃO

A contabilidade, enquanto ciência, evoluiu do foco exclusivo na mensuração do patrimônio para integrar preocupações sociais e ambientais (Mueller, 1998 apud Oliveira et al., 2012). A contabilidade ambiental, surgida como resposta às demandas por sustentabilidade, visa quantificar os impactos ambientais das atividades empresariais, promovendo maior transparência e controle sobre o uso de recursos naturais (Bastos et al., 2012; Oliveira et al., 2012).

Eventos históricos, como a Conferência de Estocolmo (1972) e o Relatório Brundtland (1987), consolidaram o conceito de desenvolvimento sustentável, impulsionando a criação de métricas para monitoramento ambiental e originando a contabilidade ambiental como campo de estudo e prática corporativa (Bebbington, 2001).



A partir deste contexto de ascensão da chamada contabilidade ambiental como um estudo do patrimônio ambiental das entidades se tornou um diferencial quase obrigatório. Seu objetivo não foge inicialmente do usual contábil de fornecer informações necessárias para tomada de decisões aos seus sócios, acionistas e futuros investidores, mas também realizar identificação de informações ambientais que causam modificações na mensuração da situação patrimonial. Segundo Bastos et al. (2012, p.176), a Contabilidade Ambiental busca apresentar aos usuários em geral, dados sobre eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial. Ao incluir dados financeiros e não financeiros nos relatórios, ela contribui para que os gestores adotem práticas mais transparentes e sustentáveis, alinhando o desempenho econômico à responsabilidade ambiental.

3.1 O papel da contabilidade ambiental na gestão sustentável das empresas

Seguindo a análise, chegamos em um dos temas centrais desse estudo. Visa-se entender como a essa ciência contábil serve no auxílio de gestores para tomada de decisões conscientes, reduzindo desperdícios e otimizando recursos. econômicas operacionais e de recursos.

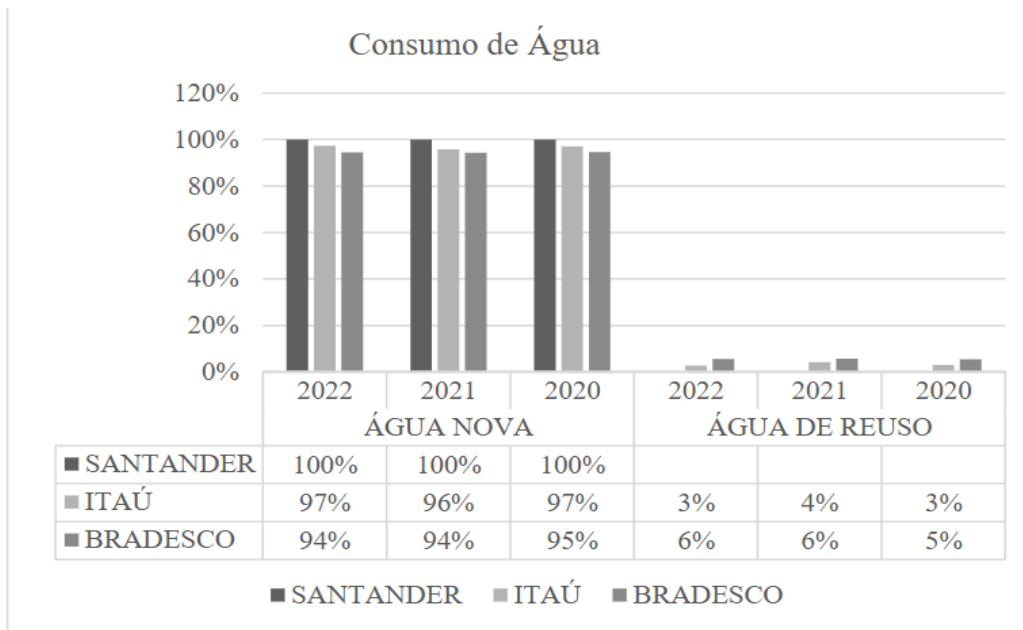
A vice-presidente do CFC (apud LOPES et al., 2025, p.340), cita que o papel estratégico da contabilidade na promoção da sustentabilidade dentro das organizações, destacando a sua importância metodológica na gestão empresarial e trazendo como resultado a formação de relatórios alinhados aos diferentes modelos disponíveis. Diante disso, é estratégico se encaixar nas medidas de um mercado que exige práticas sustentáveis, obtendo vantagens econômicas operacionais e de recursos.

No Brasil as organizações têm reconhecido essa importância de adotar práticas mais responsáveis e transparentes. Segundo reportagem publicada pelo G1 (2020), líderes de grandes empresas brasileiras divulgaram uma carta-manifesto em repúdio ao desmatamento na Amazônia, destacando que os problemas socioambientais afetam a reputação internacional do país e os negócios corporativos. Essa pressão econômica reforça a importância da contabilidade ambiental como instrumento de mensuração e comunicação das ações sustentáveis.

A seguir, nota-se que grandes bancos do país começaram a adotar políticas renováveis de consumo de energia e água, por exemplo. Essa conscientização melhora a imagem dos bancos para seus clientes e garante menos gastos operacionais a longo prazo.

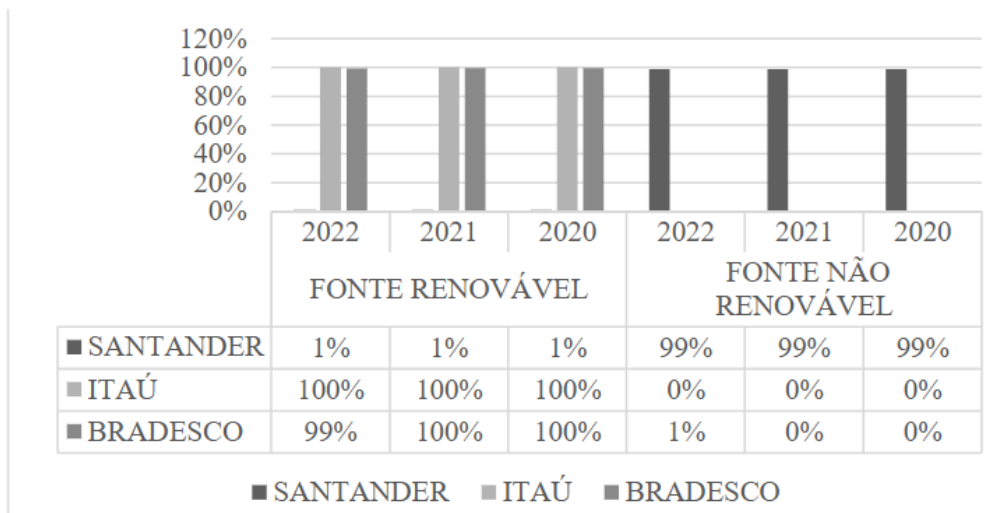


Figura 01 – Consumo de Água



Fonte: Relatório Integrado do Banco Santander, Relatório ESG do Itaú Unibanco e Relatório integrado Banco Bradesco (2022, apud DE PAULA et al.2025, p.14).

Figura 02 – Consumo de Energia



Fonte: Relatório Integrado do Banco Santander, Relatório ESG do Itaú Unibanco e Relatório integrado Banco Bradesco (2022, apud DE PAULA et al., 2025, p.13).

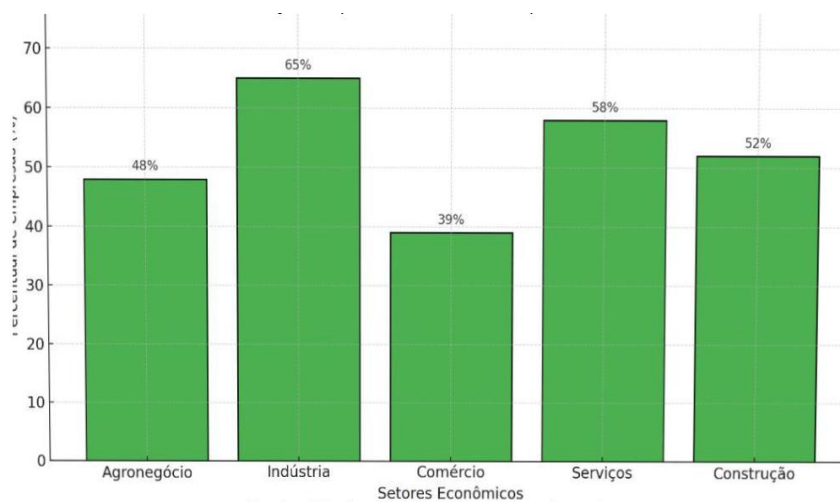
Se destaca então, a importância da qualidade das informações contábeis. Sabe-se que é necessário apresentar demonstrações financeiras conferidas e padronizadas para fácil entendimento de clientes, investidores, fornecedores e etc. Ética ao incorporar variáveis ambientais é fundamental para a integridade de uma empresa, ao lidar com o mercado ESG (Ambiental, Social e Governança) relatórios completos avaliam impactos



e disponibilidades do meio ambiente, favorecendo sua forma de lidar com recursos naturais a longo prazo, gerando benefícios.

De acordo com o gráfico de Ribeiro (2020, apud DA SILVA MARTINS, Fabiano, 2025, p.6), é possível analisar esse alinhamento as causas ambientais em diferentes setores econômicos, e especialmente no agronegócio com a agricultura regenerativa. Certamente, essas empresas notaram que investir em tecnologias verdes, diminuindo a dependência de combustíveis fósseis, por exemplo, é um diferencial competitivo, atraindo consumidores que prezam essa consciência.

Figura 03 - Adoção de práticas sustentáveis por setor econômico.

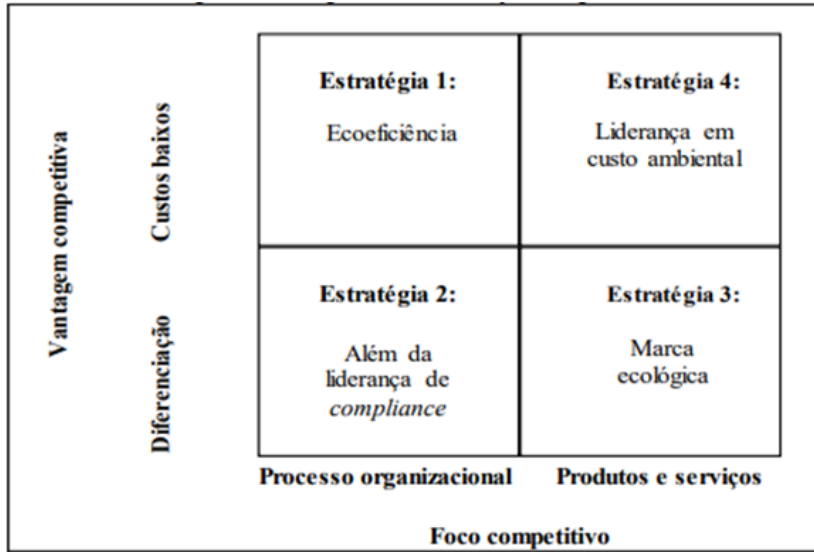


Fonte: Ribeiro (2020 apud DA SILVA MARTINS, 2025, p.6)

Destaca-se ao final, em um esquema simples de Orsato (2006 apud PEREIRA, Mércia de Lima et al., 2025, p.59), como a adoção da citada Ecoeficiência, pode ser aplicada para gestão de uma organização. Separando desde medidas comuns de custos baixos até as mais diferenciadas. As estratégias variam desde foco em diferenciação em processos internos, ultrapassando do simples cumprimento das leis ambientais (estratégia 2), até oferecer soluções ambientais corretas a preços de mercado, competitivos (estratégia 4).



Figura 4 – Estratégias ambientais competitivas genéricas



Fonte: Orsato (2006 apud PEREIRA, Mércia de Lima et al., 2025, p.59)

Conclui-se, segundo Batistella et al. (apud LOPES et al., 2025, p.329), adotar práticas de sustentabilidade nas organizações virou uma necessidade, que influencia diretamente a visão de usuários sobre a organização e como se manterá financeiramente no futuro. Em um cenário em que consumidores e investidores estão mais interessados nos impactos ambientais, as empresas que ignoram essas questões podem perder lucros e reputação no mercado.

Desse modo, representa além da ética a estratégia. Como apresentado no esquema, a empresa pode se utilizar da produção com menos desperdícios e consumo de energia (estratégia 1) e também pode ser usar como elemento de valor agregado a marca, com produtos e serviços diferenciados (estratégia 3).

3.2 Contribuições da contabilidade para o desenvolvimento sustentável

Em princípio, neste tópico destaca-se que a contabilidade ambiental contribui diretamente para a preservação do meio ambiente, podendo mensurar e mitigar os impactos das atividades empresariais nos recursos naturais. Nesse sentido, ao promover a transparência organizacional por meio de relatórios alinhados a ESG, fortalece o compromisso em relação aos investidores e a sociedade

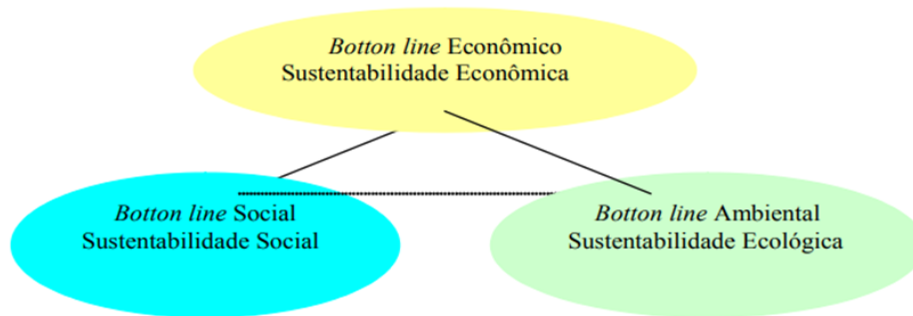
De acordo com Bebbington (2001, apud VELLANI, Cassio Luiz; DE SOUZA RIBEIRO, Maisa, 2009, p.189), “a Contabilidade como fonte de informação sobre a contribuição da empresa ao desenvolvimento sustentável pode coletar, analisar, mensurar e divulgar informações sobre a relação da empresa com o social, com o econômico e com o ecológico.”

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável depende da junção de três pilares, econômico, ambiental e social (Bottom Lines). A contabilidade ganha destaque ao



disponibilizar informações que auxiliam no planejamento e monitoramento de investimentos sustentáveis, assim como na avaliação de passivos e ativos ambientais que demonstram investimentos e obrigações em ações ecológicas e impactos ambientais.

Figura 05 – Interações do Triple Bottom Line (TBL) da sustentabilidade



Fonte: CES-FGV e Sustainablemeasures (2006 apud VELLANI, Cassio Luiz; DE SOUZA RIBEIRO, Maisa, 2009, p.189)

Diante do esquema, é notório que, na gestão ao ponderar entre esses três pilares, as empresas conseguem criar estratégias preventivas, fortalecendo assim, o pilar ambiental do desenvolvimento sustentável e por conseguinte, estimular a educação e justiça social à comunidade.

Em suma, os relatórios contábeis ambientais permitem que as organizações monitorem seu consumo de energia, água e matérias-primas, por meio dos registros de ativos e passivos ambientais.

Segundo Ribeiro (2020 apud DA SILVA MARTINS, Fabiano, 2025, p.5), “a integração entre os objetivos financeiros, sociais e ambientais representa, portanto, um caminho viável e necessário para o desenvolvimento organizacional de longo prazo.” Conclui-se então, que as ciências contábeis passaram a atuar como um instrumento estratégico para o equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, pilares essenciais para a sustentabilidade organizacional.

3.3 Métricas e indicadores de sustentabilidade

Observa-se então, uma questão importante: como analisar a atuação das empresas no meio ambiente de modo mensurável e confiável? As métricas e indicadores de sustentabilidade aparecem para complementar as demonstrações contábeis tradicionais, permitindo avaliar o desempenho das empresas quanto ao seu balanço social. Assim, “as demonstrações contábeis usuais, não são suficientes para explicar com o grau de transparência desejado, a atuação das entidades nas questões socioambientais, desta forma a divulgação do balanço social tem se tornado uma prática cada vez mais comum entre aquelas que já descobriram seu potencial informativo, e por consequência, competitivo.” (FERREIRA, Luiz Felipe et al., 2009, p. 2).



Para GRI (2006, FERREIRA, Luiz Felipe et al., 2009, p.2), “relatórios de sustentabilidade se destacam na prática de medir e divulgar o desempenho organizacional enquanto se trabalha rumo ao desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade fornece uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo contribuições positivas e negativas.” Dessa maneira, é necessário saber as características dos gastos com o meio ambiente e, para isso, será analisado as principais métricas adotadas pelas entidades, como indicadores GRI, balanço social e Demonstração de Valor Adicionado.

Em destaque o GRI (Global Reporting Initiative) medidor presente em muitos relatórios de empresas brasileiras, como a Petrobrás. Mede os impactos ambientais, sociais e econômicos em padrão internacional. Conforme Nossa (2002, FERREIRA, Luiz Felipe et al., 2009, p.7), “de todos os organismos que apresentam diretrizes sobre gestão ambiental ou geração de informações ambientais, este é o que parece mais completo e abrangente com suas diretrizes”. A seguir um esquema explicativo, separando os procedimentos para a definição do conteúdo do relatório.

Figura 06 – Orientações para definir o conteúdo

DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO	
Orientações	
Assunto	Procedimento
Temas e Indicadores	Identificar temas e respectivos indicadores que sejam relevantes, por meio de um processo iterativo compatível com os princípios.
Relevância	Considerar a relevância de todos os aspectos do indicador de acordo com as Diretrizes da GRI de dos suplementos setoriais.
Aplicação de Testes	A partir do conjunto de temas e indicadores relevantes, aplicar testes para cada princípio a fim de avaliar quais temas e indicadores devem ser relatados.
Priorizar Temas	Usar os princípios para priorizar os temas e selecionar as informações a serem enfatizadas.
Indicadores Essenciais e Adicionais	Diferenciar indicadores essenciais e adicionais, os essenciais geralmente são aplicáveis e relevantes pela maioria das organizações e só devem ser omitidos caso sejam considerados irrelevantes, dependendo do contexto da organização os indicadores adicionais podem ser considerados essenciais.
Indicadores de Suplementos Setoriais	Os indicadores das versões finais dos suplementos setoriais são considerados essenciais e devem ser aplicados usando-se a mesma abordagem dos indicadores essenciais.
Informações Complementares	Outras informações (como indicadores específicos da empresa) devem estar sujeitas aos mesmos princípios de relatório e ter o mesmo rigor técnico das Diretrizes da GRI.
Verificação das Informações	Verificar se as informações a serem relatadas e o limite do relatório são apropriados, aplicando o princípio da abrangência.

Fonte: Global Reporting Initiative (2006 apud FERREIRA, Luiz Felipe et al, 2009, p.8)



Figura -07 – Princípios para definir o conteúdo

Princípios	
Princípio	Objetivos
Materialidade	As informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações decisões dos <i>stakeholders</i> . A materialidade é o limiar a partir do qual um tema ou indicador se torna suficientemente expressivo para ser relatado.
Inclusão dos <i>Stakeholders</i>	A organização relatora deve identificar seus <i>stakeholders</i> e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta a seus interesses e expectativas procedentes. A participação dos <i>stakeholders</i> sobre os temas a serem abordados é fundamental para dar credibilidade ao relatório, pois as informações precisam atender às suas necessidades.
Contexto da Sustentabilidade	O relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade. As informações sobre o desempenho devem ser contextualizadas de forma que a organização evidencie como contribui, ou pretende contribuir, para a melhora das condições econômicas, ambientais e sociais em nível local regional ou global.
Abrangência	A cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Fonte: Global Reporting Initiative (2006 apud FERREIRA, Luiz Felipe et al, 2009, p.8)

Os autores também apresentam os princípios seguidos pela GRI, as informações devem ser organizadas para a avaliação dos stakeholders, contextualizando como a empresa contribui para a melhoria social, ambiental e econômica do local onde está inserida e até em escala cenário global.

Ademais, há o relatório desenvolvido pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). De caráter voluntário, o balanço social, apresenta as ações sociais e ambientais da organização aos seus usuários.

De modo geral, em seus indicadores de desempenho sociais são analisados práticas internas trabalhistas, como número total de acidentes, nível de educação e especialização profissional. Diante da análise econômica pode demonstrar receitas, custos operacionais e remuneração de empregados. No cenário ambiental avalia os custos com energia, volume de água reutilizada e Investimentos em programas externos. Seu propósito é bem definido, mas falho em sua transparência.

Por conseguinte, é necessário aplicar outros indicadores ambientais para evidenciar o compromisso com a sustentabilidade das instituições. Observa-se, portanto, que o relatório de sustentabilidade, é um bom indicador para complementar o balanço social, já que ele, por sua vez, é mais abrangente, evidenciando quais práticas de mitigação de danos ambientais foram adotadas pelas empresas.

Assim, o último indicador selecionado para ser estudado nesse módulo é o DVA (Demonstração do Valor adicionado). Com análise exigida por lei no Brasil (Lei 11.638/2007) evidencia a geração e distribuição do capital gerado entre seus funcionários e acionistas.

A DVA é importante na tomada de decisões de uma empresa, possibilitando comparações e transparência nas práticas de governança socioambiental, principalmente na análise de bem-estar da sociedade em torno da empresa, como os empregados.

Dessa forma, nota-se que a contabilidade ambiental é amparada por muitos estudos e métricas, permitindo se aprofundar nas questões sociais e ambientais das organizações. Contudo, sua falta de padronização deve ser revisada.



3.4 Desafios e perspectivas da contabilidade ambiental

A análise realizada durante o trabalho mostra que mesmo sem haver a obrigatoriedade de apresentar certas práticas sustentáveis, muitas empresas reconheceram seus benefícios. De acordo com Couto; Rangel (2023, apud LOPES et al., 2025, p.331), as organizações que conseguirem se adaptar e incorporar a sustentabilidade em sua cultura organizacional poderão garantir sua relevância e competitividade ao longo do tempo.

Entretando, muitas entidades no Brasil mantem sua oposição ao auxílio da contabilidade para a gestão ambiental. Nesse capítulo veremos as razões dos desafios de implementação de normas ecológicas e porque sofre certo descaso nacional. Nota-se de acordo com Bergamini Júnior (1999, apud SANTOS, Adalto de Oliveira et al, 2001) que as empresas apresentam dificuldades em:

Figura 08 – Desafios da contabilidade sustentável

- Definir custos ambientais;
- Calcular um passivo ambiental efetivo;
- Determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados;
- Apresentar claramente o tratamento dos dados "ativos de vida longa", como por exemplo no caso de uma usina nuclear;
- Reduzir transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios, dentre outros.

Fonte: Bergamini Júnior (1999, apud SANTOS, Adalto de Oliveira et al., 2001)

De modo geral, a causa central desses problemas é a pressão imediata por resultados financeiros. Posto inicialmente que a contabilidade ambiental tem um propósito de longo prazo, a adaptação a essas normas exige inovação constante, e atrapalha quem deseja lucro a curto prazo.

Contudo, negar a evolução verde pode atrapalhar o desempenho das empresas no futuro, transparecendo em custos operacionais altos e penalidades legais que podem arruinar a reputação institucional. Os resultados são reais, como cita (SANTOS, Adalto de Oliveira et al., 2011) empresas nacionais já detectaram melhora de 14% na gestão operacional.

Conforme a análise de sobre dados de instituições nacionais e internacionais notamos a diferença de 32% entre as empresas. Percebe-se que as multinacionais possuem vantagens tecnológicas e seriedade com pautas ambientais, apresentando melhor desempenho.

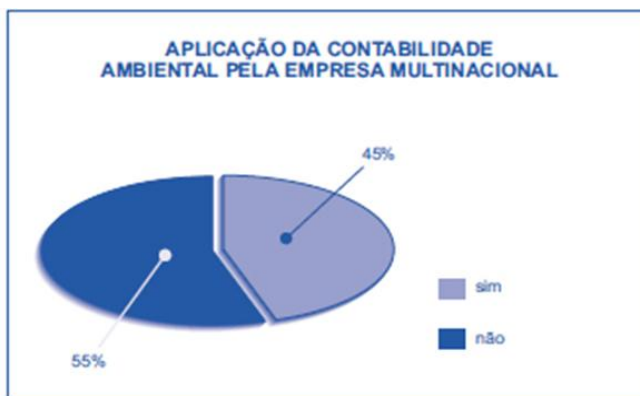


Figura 09 – Empresas nacionais versus internacionais



Fonte: Santos, Adalto de Oliveira et al (2001)

Figura 10 – Empresas nacionais versus internacionais



Fonte: Santos, Adalto de Oliveira et al (2001)

Portanto, apesar de haver crescente abertura entre as organizações do Brasil. Ainda há medidas que precisam ser revisadas, afim de trazer benefícios para o futuro e ressignificar essa produção tão destrutiva que temos no país.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que, a contabilidade nessa área é essencial para alcançar a união entre o meio ambiente e a gestão empresarial. A presente pesquisa buscou compreender a origem, aplicação e relevância da contabilidade ambiental no cenário atual. Foi evidenciado como a sustentabilidade se apresenta diante da gestão consciente das organizações, sendo possível identificar seu papel estratégico em fornecer dados para tomada de decisões alinhadas ao meio ambiente.

Em suma, nota-se que a preocupação ambiental melhora a imagem das instituições e permite medir lucros e despesas. Além de demonstrar seus benefícios, o estudo também discorreu sobre os desafios de sua padronização e resistência de alguns gestores financeiros, dado o certo nível de tecnologia necessário para sua aplicação.



A evolução da pauta ambiental no cenário econômico é inegável, e para se adaptar a ela é necessário o uso de métricas e indicadores contábeis que possam facilitar seus registros ambientais. Diante disso, as ciências contábeis precisam de gestores competentes e compromissados com a evolução verde, já que seu potencial de contribuição é visível.

2. REFERÊNCIAS

BASTOS, Rafaela Koglin et al. Contabilidade ambiental. **Revista Cultivando o Saber**, v. 5, n. 1, p. 175-187, 2012.

COSTA, Claudio Luiz de Oliveira; GUIMARÃES, Tiago Rodrigues; MELLO, Luiz Carlos Brasil de Brito. Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 3, p. 77-93, 2013.

DA SILVA MARTINS, Fabiano. A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A CONTABILIDADE GERENCIAL. **RACI-Revista Administração e Contábeis IDEAU**, v. 4, n. 1, p. e291-e291, 2025.

DE PAULA, Tatiana Alves; LOBATO, Eric Davi Coelho; DOS ANJOS BARROS, Maria de Nazaré. Contabilidade Ambiental: Uma Estratégia Para Empresas Sustentáveis e Competitivas. **Revista DCS**, v. 22, n. 80, p. e1599-e1599, 2025.

FERREIRA, Luiz Felipe et al. Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative GRI. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v. 14, 2009.

Líderes de grandes empresas brasileiras pedem combate ao desmatamento na Amazônia. G1, 07 jul. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/07/lideres-de-grandes-empresas-brasileiras-pedem-combate-ao-desmatamento-na-amazonia.ghtml> >. Acesso em: 15 nov. 2025

LOPES, Joao Victor Sales; PINTO, Moisés Duque Ferreira Farias; MATIVI, Cleiva Schaurich. Sustentabilidade e transparência: o papel da contabilidade ambiental. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 15, n. 3, p. 326-343, 2024.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, v. 22, p. 70-82, 2012.

PEREIRA, Mércia de Lima et al. Estratégias ambientais competitivas e suas práticas de contabilidade gerencial ambiental: caminhos para a melhoria do desempenho corporativo. 2025.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 12, p. 89-99, 2001.

XIII CONASUM

CONGRESSO DE
ADMINISTRAÇÃO DO SUL DE
MATO GROSSO



V CONFACAP

CONGRESSO DA FACULDADE
DE CIÊNCIAS APLICADAS E
POLÍTICAS

VELLANI, Cassio Luiz; DE SOUZA RIBEIRO, Maisa. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 6, n. 11, p. 187-206, 2009.